

FORA TEMER, FORA TODOS, NENHUM DIREITO A MENOS!



O futuro está em jogo: voltemos às ruas e unifiquemos a luta!

O pacote de medidas que o contestado governo de Michel Temer (PMDB) deseja aprovar ao longo dos próximos meses ameaça pôr abaixo conquistas trabalhistas, previdenciárias e sociais que começaram a ser conquistadas pela classe trabalhadora brasileira ainda na primeira metade do século 20.

A recente declaração do ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, sobre a possibilidade de naturalizar jornadas de até 12 horas por dia é apenas a faceta mais espantosa de um conjunto de projetos que tem como alvo central retirar direitos da classe trabalhadora. Esses direitos correspondem a enormes recursos financeiros que seriam transferidos do Estado e de quem trabalha e verdadeiramente produz para o pagamento de juros e amortizações das dívidas públicas ou para grandes setores empresariais; como as empreiteiras que tantos recursos sangram dos cofres públicos em transações reconhecidamente fraudulentas.

O presidente Temer, recém-confirmado no

cargo sem que tenha recebido um único voto sequer dos brasileiros, não é exatamente um inovador no ofício de retirar direitos. É fato que ele dá prosseguimento ao que o governo petista da ex-presidente Dilma Rousseff já vinha fazendo, mas estamos agora diante de um 'ajuste fiscal' de dimensões provavelmente inéditas. O congelamento dos recursos orçamentários destinados aos serviços públicos – por meio da PEC 241 e do PLP 257, este último ainda de autoria de Dilma – são potencialmente desastrosos para áreas como saúde, educação, assistência social e também para o acesso da população ao sistema judiciário.

A aprovação de tais propostas praticamente 'obriga' os governantes a cortar recursos dos serviços públicos e a redimensionar o que é oferecido à população.

Em um curto espaço de tempo, já se falou em liquidar a CLT por meio da imposição do negociado sobre o legislado, em ampliar a fixação da idade mínima de 65 a 70 anos para aposentadoria, no fim do sistema universal

de assistência médica, na desvinculação de benefícios sociais e da própria aposentadoria do salário mínimo, no fim da gratuidade na educação pública de nível superior e por aí vai.

Tais medidas, caso efetivadas, atingirão a todos os que vivem de seu trabalho e são capazes de asfixiar todo o serviço público, em todas as esferas e poderes. Nós, servidores públicos do Judiciário Federal, obviamente também seremos atingidos diretamente. Seja na perda de direitos, seja no estrangulamento do orçamento e até em inevitáveis propostas que tendem a ganhar corpo como a velha ladainha da extinção da Justiça do Trabalho. É um ataque brutal e inaceitável.

O governo Temer parece ter em tese uma ampla base de sustentação no Congresso. Mas já começa com índices de rejeição nas alturas. As palavras "Fora Temer" ganham estatura nacional e de massas. Temer recebeu estrondosa vaia na abertura da Paralimpíada e no desfile de 7 de Setembro. Milhares de pessoas têm isso às ruas contestar o governo.

Nós, servidores do Judiciário Federal, temos a responsabilidade de retomar a mobilização neste momento. As conquistas salariais recentes podem virar pó se este pacote de medidas prosperar. As lutas específicas são importantes e devem ser encaminhadas, mas é preciso trabalhá-las em sintonia com essa mobilização mais geral, na qual o funcionalismo público também está inserido. Não haverá conquistas específicas se esse pacote for aprovado. A jornada de mobilizações que os servidores, junto com outros setores, fazem em Brasília de 12 a 14 de setembro podem demarcar o início de uma forte campanha conjunta, na qual a construção da greve geral está em pauta.

Ao longo dos últimos anos foram muitas as lutas das quais participamos e protagonizamos. Agora a reação é urgente. Por nós e pelas futuras gerações, temos que voltar em peso às ruas e empunhar as bandeiras 'Fora Temer', 'Fora Todos' que atacam os trabalhadores, nenhum direito a menos!

CHEFES DE CARTÓRIO ELEITORAL

Com luta, isonomia é sancionada

Após mobilização da categoria, PLN 3 vira lei e garante recursos orçamentários para a equiparação salarial

O presidente da República em exercício, deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ), sancionou na tarde da quinta-feira, 1º, o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 3/2016, que havia sido aprovado pelo Congresso em 23 de agosto e se transformou na Lei 13.332/2016. A Lei flexibiliza as regras para abertura de créditos suplementares sem necessidade de autorização do Congresso.

A sanção possibilita a implementação da isonomia salarial entre os chefes de cartório, luta antiga do segmento, que conseguiu em 2015 a aprovação da Lei 13.150. Apesar da aprovação, o corte no orçamento do Judiciário impediu que a equipara-

ção fosse implementada.

A partir dali começou um intenso trabalho de articulação da Fenajufe e dos sindicatos da base no Congresso Nacional, com a participação dos chefes de cartórios eleitorais. Com a aprovação do projeto em agosto, restava o último lance: a sanção.

A luta agora continua pelo pagamento da equiparação a partir de abril de 2016, uma vez que o orçamento aprovado comporta esse pagamento e o direito já existia naquele momento. A Fenajufe continua articulando pela preservação do direito dos servidores.

A lei sancionada foi publicada na edição do Diário Oficial da União de 2 de setembro.



Chefes de cartório se mobilizaram no Congresso (acima) e em todo o país

COPA SINTRAJUD

Campeonato entra na fase decisiva



A XI Copa Sintrajud de Futebol Society começa nesta semana os "mata-matas". A primeira fase terminou na semana passada e os oito classificados disputam as quartas de final na quarta e na quinta-feira, dias 14 e 15 (veja na tabela). Os que passarem jogam também as finais (disputando o título ou o 3º lugar).

A Copa é disputada no Playball Pompeia, onde também acontecem os jogos recreativos do Futebol do Judiciário.

O Cosmo fez a melhor campanha da fase de grupos, com 100% de aproveitamento. Na última rodada, a equipe ainda goleou o Black Lei Ball por 4 a 0. No Grupo A, o Dubbar se classificou invicto e em 1º lugar ao derrotar o Sem Nós Não Há Justiça por 2 a 1.

As duas equipes enfrentam na

quartas o Bem Bolado e o Longa Manus, respectivamente, que só conseguiram pontuar na última rodada da 1ª fase.

O Cosmo também tem o artilheiro da Copa até o momento: Emerson, com 9 gols; seguido por Fred e Rafa (Baseado na Lei), Kleber (Dubbar) e Mac (Longa Manus), todos com 7 gols.

As finais serão no sábado, 24, quando haverá também uma partida de futebol feminino, churrasco e apresentação da banda "Pão com Mortadela" – grupo formado por servidores do Judiciário que ficou conhecido por animar as atividades da categoria durante a mobilização pela reposição salarial.

Veja mais detalhes do campeonato no [site bit.ly/2cRfp5Q](http://site.bit.ly/2cRfp5Q) e na página da Copa no Facebook.

QUARTAS DE FINAL	
Quarta-feira, 14 de setembro – Quadra G13	
20h30 – Sem Nós Não Há Justiça X Black Lei Ball	21h30 – Cosmo X Bem Bolado
Quinta-feira, 15 de setembro – Quadra G8	
20h – 100 Juízo X Baseado na Lei	21h – Dubbar X Longa Manus FS
Playball Pompeia – R. Nicolas Boer, 66	

Ideias

Um espaço para a livre expressão de opinião

Política de Verdade

Analisando as estatísticas da Fundação Seade sobre violência, pode depreender que as maiores causas de mortalidades no Estado de SP em 2014/15 pela ordem são: acidentes de carro, agressões e depois, suicídios. Acidentes de carros e embriaguez em excesso podem ser considerados formas de suicídio. Agressões acontecem por relaxamento das leis e geralmente são antecedidas por agressões verbais e, quanto aos suicídios, vamos tratar à parte.

Segundo esses dados, as principais formas de suicídio variam conforme o gênero: se mulher, temos pela ordem: afogamentos e enforcamentos, com 43%; seguido de venenos, com 11,8% e quedas, com 11/3%. No caso de homens, 66,3% para afogamentos ou enforcamentos, 10,3% por armas de fogo e 5% mais ou menos em veneno ou quedas. As quedas são mais frequentes em idades mais avançadas. Entre os dias da semana, domingo e segunda são os mais frequentes.

Não há dados suficientes para deduzir as causas, mas, com certeza, precisamos de verdadeiros e desinteressados disciplinantes e desindividualizantes nesta instituição que se chama Estado moderno, e isto passa pela

família estruturada, instituições humanizadoras e inclui, sobretudo, uma educação de qualidade somada a boas empresas e a instituições legais que façam valer sua legitimidade de verdade.

Educação e leis ruins ou frouxas ou até muito técnicas transformam perversamente nossa realidade em mais desumana, onde o mundo objetivo provoca em potencial a fuga das pessoas para as drogas, que levam a acidentes, agressões e suicídios. O conhecimento deve ser usado como escudo e não como arma; assim, "a arte, a religião e a filosofia, sobretudo esta, devem nos proteger contra esse mundo objetivo, determinista, em que não podemos mudar a realidade", dizia Hegel, logo seguido por Marx, que dizia: "os filósofos explicavam o mundo de várias maneiras, cabe a nós transformá-lo!" Assim, o poder vem de cima para baixo e aqui embaixo só somos notados quando juntos, pois assim somos mais!

Rodrigo Carneiro O. Tielzmann
Técnico Judiciário da JT Barra Funda

Os textos desta seção não refletem necessariamente a opinião do Jornal do Judiciário ou do Sintrajud. Envie para ideias@sintrajud.org.br a sua colaboração: você pode escrever sobre qualquer tema. Não será aceito conteúdo ofensivo ou discriminatório. Os textos serão publicados por ordem de chegada e devem trazer o nome e uma breve apresentação do autor o tamanho pode variar entre 1.500 e 2.000 caracteres com espaços. PARTICIPE!

Servidores participam de jornada nacional de lutas em Brasília

Trabalhadores de todo o país protestam para defender direitos, contestar reformas e exigir “Fora Temer”; no dia 15, o Fórum Nacional dos Servidores Federais (Fonasef) se reúne para discutir estratégias de luta e enfrentamento contra a retiradas de direitos



Valcir Araújo

Marcha unificada dos servidores federais em campanha salarial, realizada em Brasília, em 22 de julho de 2015

Servidores públicos fazem uma série de manifestações em Brasília esta semana, nos dias 12, 13 e 14 de setembro. O ponto alto dos protestos é a marcha nacional que acontece nesta terça-feira, 13, na Esplanada dos Ministérios, a primeira desde que o questionado presidente Michel Te-

mer foi efetivado no cargo.

A semana de mobilização é parte da campanha dos servidores públicos para barrar projetos e emendas constitucionais que podem levar ao que já é visto como o mais “brutal” corte de direitos das últimas décadas. A bandeira “Fora Temer e todos os

corruptos” também está presente nas manifestações.

Entre os projetos contestados está o PLP 257/2016, aprovado com modificações na Câmara dos Deputados, e que começa a tramitar no Senado. O projeto, enviado ainda pela presidente Dilma Rousseff ao Legislativo, está relacionado ao alargamento do prazo para estados pagarem suas dívidas com a União, mas vem acompanhado de contrapartidas que na prática significam o congelamento dos orçamentos dos serviços públicos por dois anos.

A jornada nacional também contestará a PEC 241/2016. A proposta de emenda constitucional que congela o orçamento público federal por 20 anos está sendo analisada em comissão especial da Câmara, onde já teve a sua admissibilidade aprovada na Comissão de Constituição e Justiça.

Os servidores protestam também contra a reforma da Previdência, que fixa a idade mínima de 65 anos para aposentadoria para todos os trabalhadores, e contra a reforma trabalhista, que pode elevar a jornada de trabalho para até 12 horas diárias.

“Esta iniciativa conjunta é importante para dialogarmos com a população e explicar o tamanho do ataque que estamos sofrendo, somente a nossa mobilização e a construção de uma greve geral será capaz de derrubar este governo e defender nossos direitos”, afirmou Angélica Olivieri, servidora da JF e diretora do Sintrajud.

O Sintrajud enviou uma caravana de servidores de São Paulo para fazer parte da semana de manifestações em Brasília. Em São Paulo, diretores da executiva e de base irão visitar os locais de trabalho para fazer essa discussão com a categoria.

TRT-2 vai abrir licitação para envidraçamento do Ruy Barbosa

Presidente do TRT-2 garantiu emadeiramento como medida provisória para impedir novas tragédias no prédio

Após pressão dos servidores, magistrados e advogados, a presidência do TRT-2 garantiu o fechamento de todas as laterais do prédio e do acesso às rampas com tapumes de madeira no Fórum Trabalhista Ruy Barbosa. Segundo a presidente do TRT-2, Silvia Devonald, a medida de segurança é paliativa e provisória para evitar novas tragédias, pois já está garantido o orçamento para a realização de obras de envidraçamento no prédio e o processo licitatório será aberto nas próximas semanas.

Depois de presenciar mais uma tragédia no Fórum Ruy Barbosa, quando um trabalhador se jogou do 18º andar com uma criança nos braços, servidores, magistrados e advogados pressionaram a Administração do Tribunal por medidas imediatas para evitar novas tragédias. Os três segmentos exigiram segurança e condições de trabalho no Fórum. “Não podemos continuar trabalhando neste clima de medo e conster-

nação, situações como esta [casos de suicídio] nos deixam em choque, qualquer barulho nos assusta, a Administração precisa tomar este tema como prioridade e garantir segurança no Fórum”, afirmou a diretora do Sindicato e servidora da JT, Inês Leal.

Na tarde da segunda-feira, 5, representantes do Sintrajud, da AMATRA-2, AAT-SP e Ministério Público do Trabalho, reuniram-se com a Presidente do TRT-2, Silvia Devonald, o vice-presidente judicial, Wilson Fernandes, e a corregedora, Beatriz de Lima Pereira, para discutir condições de segurança e de trabalho no TRT-2.

Além do emadeiramento e garantia de envidraçamento do prédio, a presidente do TRT-2 afirmou que o Corpo de Bombeiros realizou uma vistoria no Fórum, na qual analisaram as obras de emadeiramento e as condições gerais do prédio. Segundo a desembargadora foram constatados alguns problemas no prédio que precisam ser



Claudio Cammarota

Ato unificado exige segurança no Fórum Ruy Barbosa

solucionados, mas que não impedem o seu funcionamento. A presidente do TRT-2 afirmou ainda não ter recebido o laudo do Corpo de Bombeiros e que o mesmo será apresentado para as entidades posteriormente.

Conselho de Base discute mudanças no Estatuto do Sintrajud

Reunião discutiu propostas recebidas pelo Grupo de Trabalho; assembleia estatutária será em 8 de outubro

O processo de reformulação do Estatuto do Sintrajud teve significativo avanço na reunião do Conselho de base, realizada no dia 3 para discutir e organizar as propostas de mudança enviadas pelos associados ao Grupo de Trabalho (GT).

O valor da mensalidade foi um dos pontos apresentados e discutidos. Essas propostas basearam-se principalmente na necessi-

dade de atrair novos associados, mas foi consenso que é preciso manter equilibradas as finanças do Sindicato.

“Precisamos aumentar muito a sindicalização antes de reduzir o percentual de contribuição”, disse o servidor Gilberto Terra, diretor de base na JF. “A decisão de se associar ao Sindicato está ligada a uma série de fatores e não apenas ao valor da mensalidade”, acrescentou o servi-

dor da JT Tarcísio Ferreira.

“Formação da diretoria”

Em relação ao processo eleitoral do Sintrajud e à composição da Diretoria, foram apresentadas várias propostas de alteração, como estabelecimento de cotas ligadas à identidade de gênero, número de reeleição a cada diretor, entre outras, que serão discutidas na assembleia estatutária.

Novas tecnologias

A realização de assembleias por videoconferência e a adoção de outras tecnologias que facilitem a participação dos associados, principalmente os do interior do estado, também foram debatidos na reunião do conselho por ser um tema recorrente nas propostas encaminhadas pelos servidores.

A assembleia estatutária será realizada no dia 8 de outubro.

Candidatas apresentam propostas em debate no Sindicato

Tradição no Sintrajud, evento reuniu servidores que disputam as eleições para a Câmara Municipal

Com duração de uma hora e meia, o debate entre os servidores candidatos à Câmara Municipal foi uma oportunidade para a apresentação das propostas e dos motivos que os levam à disputa eleitoral. O debate, uma tradição no Sintrajud, foi mediado pelo jornalista Hércio Lourenço Duarte.

O evento que ocorreu nesta terça-feira, 6, no auditório do Sindicato,

contou com a participação de três servidoras que lançaram candidatura para a câmara municipal de São Paulo.

O debate abriu espaço para as candidatas que estiveram presentes abordarem questões como a reforma política, a participação da mulher na política, mobilização em defesa dos direitos do servidor público, pagamento da dívida pública, entre outros.



Akiko Akiyama, aposentada do TRT-2 - Candidata a vereadora em São Paulo pelo PSOL - 50900



Não adianta ficarmos discutindo política entre quatro paredes e não levarmos para a sociedade. Se nós quisermos melhorar a política do país temos que começar a levar para a sociedade o que é política, quais os direitos e obrigações. Temos que enxergar a sociedade, não só minha casa ou minha família, mas como um conjunto.

Se a sociedade participar e começar a cobrar dos políticos que eles mostrem a realidade financeira do município ou do estado, haverá mudanças na sociedade.

Candidatos da categoria que não participaram do debate

Renato Zucoloto, servidor da JF - Candidato a vereador Ribeirão Preto pelo PP, 11660



Sou servidor da Justiça Federal de Ribeirão Preto desde sua instalação, em 1987, e durante todo esse tempo procurei valorizar e lutar pela nossa carreira. Junto com os colegas, fundamos nossa associação de servidores, que participou ativamente de todos os movimentos da categoria e, em especial, pela derrubada do veto 26, o maior até hoje organizado por uma categoria de base para a defesa de nossos direitos. No Legislativo vou honrar os servidores e ser a nossa voz na defesa do direito não só dos servidores, mas de toda a população.

Ana Luiza, servidora do TRF-3 - Candidata a vereadora em São Paulo pelo PSTU - 16016



O impeachment passa claramente como farsa, trocou-se seis por meia dúzia. Dilma era presidente, Temer seu vice, são, portanto, parte de uma mesma política. Hoje temos um governo que pretende não só manter as propostas de corte de direitos que Dilma já vinha impondo para todos nós, mas aprofundar. O que temos que fazer é uma forte mobilização para colocar para fora o Temer e todos aqueles que no Congresso Nacional querem tirar nossos direitos e ter eleições gerais, com novas regras, em todos os níveis imediatamente.

Luis Fabiano da Silva, servidor da JT - Candidato a vereador em Campinas pelo PSOL - 50777



Quero desenvolver uma cultura que aproxime o cidadão das ações e decisões do governo. Acredito que somente alcançaremos, dentro de uma lógica possível, uma sociedade mais igualitária, quando o foco for maior em mudanças nas estruturas e e menos em pessoas.

Propostas: Vereadores fora de seus gabinetes. Fiscalização imparcial. Uso de ferramentas como a Internet para tornar as ações mais horizontais, transparentes e efetivamente democráticas. Discussão viabilidade Trens VLT (Veículo Leve sobre Trilhos). Esporte como um agente transformador.

Rosália Gomes, servidora do TRF-3 - Candidata a vereadora em São Paulo pelo PV - 43009



Apenas 11% das mulheres estão nas nossas casas parlamentares, esses 30% de cota [estabelecidos por lei] é um pequeno passo, mas já é um passo, efetivamente eu acho que não vai resolver o problema das mulheres estarem fora da política, mas é um primeiro passo. A revolução passa por nós mulheres cada vez mais entrarmos na política, acho que a revolução e a transformação está nas mãos das mulheres que precisam acreditar nas outras mulheres ao invés de ser rivais e votar nelas, acreditar que nós podemos representá-las.